**CREDENCIAMENTO N. 001/2025**

**EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**Decreto Municipal nº 4.257/2024, delimitando a regionalidade**

**Chamamento Público n. 001/2025**

**Processo Administrativo n. 154/2025**

**Procedimento:** Inexigibilidade de licitação

**Regime de Execução**: Conforme demanda

**Credenciamento presencial**: Avenida Iguaçu, 281 – Centro – São Jorge D’Oeste – PR, das 08h00 as 12h00 e das 13h00 às 17h00.

1. **PREÂMBULO**
2. O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE D’OESTE - PR, através da Secretária Municipal de Assistência Social, em conformidade com o art. 74, inciso IV, art. 79 da Lei nº 14.133/21 e Art. 170 do Decreto Municipal nº 3927/2023, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que realizará o CREDENCIAMENTO para **CONTRATAÇÃO de empresa especializada, para futura e eventual prestação de serviços funerários, com fornecimento dos materiais e insumos, a fim de atender as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou que se enquadram nos parâmetros da Lei Municipal nº 785/2017, que autoriza a Secretaria de Assistência Social, por meio de parecer social, conceder o referido auxílio funeral,** conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
3. Em conformidade com o art. 79, parágrafo único, inciso "II" da Lei Federal nº 14.133/2021, a partir da data supracitada, fica mantido à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, **https:/pmsjorge.pr.gov.br/licitacoes** este edital de chamamento de interessados, de modo a permitir o cadastramento permanente de novos interessados.
4. **O critério de seleção utilizado será a critério de terceiros**, no presente caso aos beneficiados amparados pela Lei Municipal nº 785/2017, **conforme art. 79, II, da Lei 14.133/2021.**
5. O presente credenciamento será conduzido pela comissão de contratação especialmente instituída pela Portaria n. 2.865/2025.

1. **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE CREDENCIAMENTO:**
   1. Os interessados poderão realizar o credenciamento a partir a partir de17 de julho de 2025, ficando o credenciamento aberto pelo aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas no edital e seus anexos, em especial o Termo de Referência, de acordo com o inciso II do Art. 79, da Lei nº 14.133/2021, até que se atinja a execução da totalidade dos objetos previstos.
   2. Somente participarão da primeira rodada de contratações as empresas que se credenciem no prazo de 5 dias úteis após a divulgação do presente edital de chamamento, na forma prevista nos subitens deste item e do Termo de Referência.
   3. Ao final do 5º dia útil, os documentos apresentados pelas empresas serão avaliados para a homologação das empresas credenciadas, e as homologadas, serão contratadas na primeira rodada de contratações, por inexigibilidade de certame, para a execução do objeto, nos termos do inciso II do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021.
   4. **A lista das empresas credenciadas e homologadas será apresentada no 7º dia útil do lançamento do edital,** e será por ela, a primeira rodada de contratação daquelas empresas, no prazo de até 30 dias, para a execução do objeto **pelo prazo definido no contrato**, podendo haver a prorrogação de prazo, desde que não ultrapasse o valor máximo da quantidade originalmente contratada.
   5. **Somente serão homologados os credenciamentos, de empresas localizadas nos limites territoriais do Município de São Jorge D’Oeste/PR, conforme justificativa apresentada no item 3.2 do Termo de Referência, bem como que cumpram os demais requisitos de habilitação exigidos por este Edital e pelo Termo de Referência.**
   6. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da homologação do credenciamento, poderá haver a renovação dos quantitativos previstos no item 5 deste Edital e Item 1.1.3.1 do Termo de Referência, aplicando-se o reajuste previsto e juntando-se nova declaração de adequação orçamentária, para fins de nova rodada de contratações na forma prevista no item 3.3.3 do Termo de Referência.
   7. PRESENCIAL: O credenciamento (todos os documentos exigidos neste Edital e no Termo de Referência) deverá ser protocolado no **DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES** nos horários de 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, situado Avenida Iguaçu, 281, centro – São Jorge D’Oeste \_ Pr, qual deverá ser dirigido a Comissão de Contratação. O envelope deverá ser entregue fechado, de forma a não permitir sua violação, cuja parte externa deverá constar a seguinte descrição: **CREDENCIAMENTO** n. 001/2025 - DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO - DE: (NOME INTERESSADO, TELEFONE, E-MAIL) PARA: COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO – PREFEITURA DE SÃO JORGE D’OESTE - PR.
   8. O edital do chamamento permanecerá aberto por prazo indeterminado, para que empresas enquadradas nas condições estabelecidas no item 3.2.5 e seguintes do Termo de Referência, possam credenciarem-se para as próximas rodadas de contratação, oque somente ocorrerá após transcorrido o prazo de 12 meses a contar da data de homologação do que trata os subitens 3 e 4 deste item.
2. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**
   1. As despesas decorrentes do presente processo, correrão por conta da dotação orçamentária abaixo especificada do orçamento para o exercício de 2025:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Dotações | | | | | |
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2025 | 920 | 03.001.08.244.0012.2014 | 0 | 3.3.90.39.67.00 | Do Exercício |
| 2025 | 930 | 03.001.08.244.0012.2014 | 504 | 3.3.90.39.67.00 | Do Exercício |

1. **DA IMPUGNAÇÃO E ESCLARECIMENTOS DO EDITAL:**
   1. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar este Edital de credenciamento, obedecendo aos critérios do artigo 164 da Lei n.º 14.133/21, assim, deverá protocolar no prazo de **até 03 (três) dias úteis** antes da data fixada para o início do recebimento da documentação**,** mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacao@pmsjorge.pr.gov.br, cabendo à Comissão Especial decidir sobre a petição no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, contados do recebimento.

1. **DO OBJETO E DA FORMA DE CONTRATAÇÃO:**
   1. Constitui objeto do presente processo o **CREDENCIAMENTO** para **CONTRATAÇÃO de empresa especializada, para futura e eventual prestação de serviços funerários, com fornecimento dos materiais e insumos, a fim de atender as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou que se enquadram nos parâmetros da Lei Municipal nº 785/2017, que autoriza a Secretaria de Assistência Social, por meio de parecer social, conceder o referido auxílio funeral**, mediante celebração de contrato entre o Credenciado e o Município, conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Descrição dos itens:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Lote: 1 | | | | | | |
| Item | Código do produto/serviço | Nome do produto/serviço | Qtde. | Unidade | Preço máximo | Preço máximo total |
| 1 | 66895 | SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO ADULTO SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO ADULTO  Prestação de serviços funerários padrão adulto, contendo:  Urna mortuária com visor auto brilho (padrão assistencial);  Preparação do corpo para velório (incluso tanatopraxia);  Conjunto de roupas;  Manto de flores artificial;  Véu para rosto;  Terço (caso for católico);  02 unidades de coras de flores;  Livro de presença;  Kit velas (04);  Castiçais para velório (conforme a crença religiosa).  Carro Fúnebre (até 130km de limite – Ida e Volta); | 43,00 | US | 1.425,00 | 61.275,00 |
| 2 | 66896 | SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO INFANTIL SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO INFANTIL  Prestação de serviços funerários padrão infantil, contendo:  Urna mortuária com visor auto brilho (padrão assistencial);  Preparação do corpo para velório (incluso tanatopraxia);  Conjunto de roupas;  Manto de flores artificial;  Véu para rosto;  Terço (caso for católico);  02 unidades de coras de flores;  Livro de presença;  Kit velas (04);  Castiçais para velório (conforme a crença religiosa)  Carro Fúnebre (até 130km de limite – Ida e Volta); | 8,00 | US | 845,00 | 6.760,00 |
| 3 | 58810 | Serviço de preparo do corpo necropsiado por morte violenta | 4,00 | UN | 625,00 | 2.500,00 |
| 4 | 66897 | TRANSLADO FUNERÁRIO COM VEÍCULO FECHADO TRANSLADO FUNERÁRIO COM VEÍCULO FECHADO | 5.400,00 | KM | 1,75 | 9.450,00 |
| **TOTAL........................** | | | | | | **79.985,00** |

* 1. O valor máximo da contratação será de **R$ 79.985,00 (setenta e nove mil novecentos e oitenta e cinco reais).**

1. Os quantitativos inicialmente previstos neste edital consideram a expectativa de execução anual.
   1. Durante a validade do edital de chamamento público, os quantitativos estimados poderão ser acrescidos, desde que seja apresentada justificativa e demonstrada a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso.
   2. Os acréscimos no edital de chamamento público não se sujeitam aos limites previstos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
   3. Diante de alteração nas condições previstas no edital de chamamento público, os interessados já credenciados deverão ser comunicados, para que firmem declaração que atendem e se sujeitam integralmente aos requisitos do edital, devendo ser firmado um novo termo de credenciamento OU aditivado o anterior, respeitando as contratações em execução, salvo pedido de descredenciamento.
2. Os credenciados farão jus aos valores correspondentes aos serviços prestados, desde que autorizados e aprovados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos definidos.
3. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais, encargos, tributos incidentes, bem como as demais despesas diretas e indiretas, sem que caiba direito ao proponente de reivindicar custos adicionais diretos ou indiretos.
4. É de responsabilidade exclusiva e integral da empresa credenciada, a disponibilização de pessoal para execução dos serviços, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a Administração Pública.
5. Cada empresa credenciada será contratada através do respectivo procedimento de inexigibilidade de licitação, sendo o contrato formalizado prevendo os quantitativos e preços mencionados no item 5.1 deste Edital e item 1.1.3.1 do Termo de Referência.
6. Na execução do objeto será considerado o somatório executado em todos os contratos decorrentes deste procedimento para o cálculo do limite total previsto no item 9.1.2 do Termo de Referência.
7. Após o atingimento do valor total previsto no item 9.1.2 do Termo de Referência, haverá o encerramento de todos os contratos decorrentes deste credenciamento, salvo se houver a prorrogação de que trata o subitem 1 do item 13 deste Edital.
8. **DA DISTRIBUIÇÃO DO OBJETO**
9. O interessado que atender as exigências do Edital será credenciado, após o prazo recursal será formalizado o termo de credenciamento com o prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro termo firmado entre o Município e a primeira pessoa jurídica credenciada, podendo ser prorrogado conforme vigência do edital.
10. **As demandas serão distribuídas, e os credenciados serão convocados mediante** encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e o critério de distribuição da demanda será conforme o inciso II do Art. 79**, onde a escolha e definição pela empresa que prestará o serviço, será de responsabilidade dos terceiros (usuários), portanto a família deverá indicar por qual das empresas credenciadas, optará para a realização dos serviços funerários.**
11. Os serviços serão realizados de acordo com as ocorrências de óbito verificadas no Município, mediante solicitação por parte da Secretaria de Assistência Social.
12. O serviço será efetuado quando ocorrer mortes no munícipio de São Jorge D’Oeste/PR, abrangendo cidadãos em vulnerabilidade social desde que procurem o setor de Serviço Social para a solicitação do benefício de auxílio funeral.
13. As solicitações e autorizações serão feitas pelo responsável da fiscalização do contrato, e deverão ser atendidas no tempo máximo de 01 (uma) hora a partir do recebimento da ordem de serviço para iniciar a execução dos serviços.
14. O credenciamento não garante a contratação do interessado pelo Município, podendo ser contratado de acordo com a necessidade da Administração Pública durante a vigência do processo.
15. O quantitativo solicitado, será disposto e atribuído a todos os habilitados e contratados simultaneamente, de modo que pela modalidade do credenciamento definida para este procedimento, no inciso II do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o quantitativo será cumulativo e reduzido para todos os contratos, independente de qual dos contratados estará executando o serviço.
16. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
    1. Poderão participar do presente chamamento público, os interessados que satisfaçam, integralmente, as condições de credenciamento dispostas neste edital.
    2. Os interessados deverão proceder, antes do protocolo da documentação, a verificação minuciosa de todos os elementos fornecidos, solicitando, quando necessário, esclarecimentos por escrito.
    3. A participação no credenciamento implica, automaticamente, na aceitação integral dos termos deste Edital, seus anexos e legislação aplicável, não cabendo, em nenhuma hipótese, qualquer reivindicação posterior.
    4. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação a Comissão especialmente designada verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, conforme previsto nas Leis 8.429/92, 12.846/13 entre outras, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
       1. Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (https://contas.tcu.gov.br);
       2. Cadastro nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php);](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);)
       3. Cadastro nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
       4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR  (https://www.tce.xxxxx ) e;
       5. Cadastro Municipal de inidôneos e Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF).
    5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
       1. Caso conste na Consulta de Situação do interessado no credenciamento a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
       2. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de prestação de serviços e similares, dentre outros.
       3. O interessado será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
       4. Constatada a existência de sanção, a Comissão reputará      o interessado inabilitado, por falta de condição de participação.
17. **Não serão admitidas** participar do presente Credenciamento:
    1. Empresas que estejam impedidas nos termos do **art.14** da **Lei nº 14.133/21**;
    2. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
    3. Que integrem pessoa jurídica do mesmo grupo econômico ou com os mesmos sócios de outra empresa, que esteja participando deste credenciamento;
    4. Que tenham em seu quadro societário pessoa física, sócia de outra empresa declarada inidônea pela Administração Pública.
    5. Seja servidor público deste Município, bem como a empresa da qual servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
    6. Os interessados que por qualquer motivo estejam regularmente declarados como inidôneos, ou punidos com a suspensão do direito de licitar ou contratar com esta Administração Pública;
    7. Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.
18. A observância das vedações é de inteira responsabilidade do participante que, pelo descumprimento, se sujeita às penalidades cabíveis.

1. **DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO**
   1. Para a devida participação, os interessados deverão protocolar os documentos de habilitação abaixo, obedecendo preferencialmente à seguinte ordem:
      1. CARTA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO (ANEXO II), devidamente assinado pelo responsável legal da empresa, através de documento endereçado à Comissão de Contratação Especial, e normas previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021, bem como os Termos deste Edital de Credenciamento.
2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA:** a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
   1. **Ato Constitutivo (Estatuto ou Contrato Social em vigor)**, da proponente, contrato social consolidado e última alteração, devidamente registrada em Cartório/Junta Comercial, ou documento legal equivalente;
   2. **Inscrição do Ato Constitutivo**, no caso de sociedades simples acompanhada de prova da diretoria em exercício;
   3. **Estatuto Social,** no caso de entidades filantrópicas e/ou sem fins lucrativos, suas alterações, acompanhada do ato de designação da diretoria – conforme art. 3º §2º da PORTARIA Nº 2.567, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016.
   4. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da respectiva consolidação.

1. **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:** a ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:
2. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** (CNPJ), conforme o caso;
3. Prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da **Receita Federal do Brasil** - RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);
4. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço** (FGTS);
5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho** (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
6. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
7. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** da sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**: s ser comprovada mediante a apresentação dos seguintes  documentos:

* 1. Apresentação da Licença Ambiental para a realização do Serviço de Somatoconservação (Tanatoproxia), para o CNPJ apresentado;
  2. Será permitido e suficiente, para a homologação do credenciamento, a apresentação de documento que confirme a contratação terceirizada deste serviço, desde que o executante contratado seja licenciado pelo órgão competente, para a realização do serviço de Somatoconservação (Tanatoproxia);
  3. Declaração de atendimento aos requisitos necessários, emitida e assinada pelo representante legal da empresa, conforme disposta no Anexo IV do presente Edital.

1. Os documentos necessários à habilitação do proponente poderão ser apresentados em 01 (uma via), sem emendas ou rasuras, original, por qualquer cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Comissão, mediante apresentação das vias originais no ato da abertura dos envelopes, quando presencialmente.
2. As **micro empresas e a empresas de pequeno porte**, que possuírem restrição em qualquer documento de **regularidade fiscal**, terá sua habilitação condicionada à apresentação da nova documentação, que comprove sua regularidade      em 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação da pendência, para regularização da documentação.
3. **DA FASE DE HABILITAÇÃO**
   1. Os documentos dispostos no Termo de Referência – ANEXO I, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
   2. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação Especial poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
   3. A Comissão efetuará consulta direta nos sítios dos órgãos expedidores na Internet para verificar a veracidade de documentos obtidos por meio eletrônico.
   4. Documento ausente, que atesta condição de habilitação pré-existente à abertura do certame, deverá ser solicitado e avaliado pela Comissão de Contratação Especial.
   5. Estando a documentação de habilitação do interessado completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos a Comissão considerará a proponente habilitada e credenciada.
   6. Todos os interessados que satisfizerem os requisitos deste Edital serão credenciados.
4. **DA ADESÃO AO CREDENCIAMENTO**
   1. Os proponentes, ao efetivarem o CREDENCIAMENTO, concordam automaticamente com todos os termos do Edital e seus anexos.
   2. Será considerada habilitada o interessado que apresentar toda a documentação em conformidade    com o presente edital.
5. **DA CONVOCAÇÃO**
   1. Os documentos protocolados serão analisados no prazo máximo de **15 (quinze) dias** **úteis,** contados a partir da entrega/protocolo da documentação no órgão, podendo ser prorrogado por igual período.
      1. Decorridos os prazos para a análise, caso o julgamento do pedido de credenciamento não tenha sido concluído, a comissão de contratação especial designada, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para decidir.
   2. Caso necessário, serão solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado.
   3. O Município convocará o credenciado selecionado, através de e-mail, para assinar o termo de credenciamento no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados do envio do e-mail ou da comunicação na plataforma.
   4. O termo de credenciamento será enviado ao proponente selecionado pelo e-mail, sendo que, poderá o proponente devolver o documento assinado:
      1. Enviar o termo assinado no formato físico e protocolado no setor de licitações localizado Avenida Iguaçu, 281 ou comparecer pessoalmente para realizar a assinatura.
   5. O não atendimento à convocação para assinatura do termo, no prazo previsto no subitem **10.3**, representará a desistência ao credenciamento previsto neste Edital.
   6. O resultado da habilitação e do credenciamento será divulgado em até 30 (trinta) dias após o credenciamento do interessado no portal pmsjorge.pr.gov.br; bem como no portal da transparência do Município de São Jorge D’Oeste e publicação no diário oficial do Município.
   7. É vedada a transferência, total ou parcial, para terceiros, do objeto do presente credenciamento, sem a anuência prévia do Município.
6. **DOS RECURSOS**
   1. Aos participantes é assegurado o direito de interposição de Recurso pelo e-mail: licitacao@pmsjorge.pr.gov.br OU no Departamento de Licitações, localizada na Avenida Iguaçu, 281, no prazo de **3 dias úteis** contados da intimação ou da lavratura da ata de habilitação, nos termos do art. 164 da Lei Federal nº 14.133/21.
   2. Fica estabelecido prazo de **até 03 (três) dias úteis** para a Comissão de Contratação Especial reconsiderá-lo ou encaminhá-lo para análise da autoridade superior, que terá **10 (dez) dias úteis** para análise e decisão.

1. **DAS CONDIÇÕES DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**
   1. A vigência do credenciamento será até 12 (doze) meses. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da homologação do credenciamento, poderá haver sua prorrogação e renovação dos quantitativos previstos no item 5 deste Edital e Item 1.1.3.1 do Termo de Referência, aplicando-se o reajuste previsto e juntando-se nova declaração de adequação orçamentária, para fins de nova rodada de contratações na forma prevista no item 3.3.3 do Termo de Referência.
   2. Após a homologação do objeto do presente Chamamento, estando a(s) credenciada(s) apta(s) à contratação, será realizado processo de inexigibilidade de licitação, tomando-se por base o art. 74 inciso IV da Lei 14.133/2021, tendo em vista o fato de que a competição resta impossibilitada, já que é do interesse da coletividade local que o maior número possível de interessados execute os serviços objetos deste processo, no intuito de proporcionar melhor atendimento à população.
   3. Finalizado o processo, a Administração convocará os credenciados para assinarem o Termo de Credenciamento em até 05 (cinco) dias úteis, após a homologação, sob pena de decair do seu direito à contratação, realizando-se, em seguida, a primeira rodada de contratações através de inexigibilidade de licitação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei no 14.133/21.
   4. O termo a ser firmado, cuja minutaintegra o presente edital (Anexo VI) para todos os efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e    aplicando-se subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
   5. Durante a vigência do credenciamento, os credenciados deverão manter todas as condições de habilitação fixadas no edital de chamamento público.
   6. O credenciado deverá indicar e manter preposto, aceito pelo órgão ou entidade contratante, para representá-lo na execução do contrato.
   7. O credenciado poderá, a qualquer tempo, solicitar seu descredenciamento mediante o envio de solicitação escrita ao órgão ou entidade contratante.
   8. A resposta ao pedido de descredenciamento deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
   9. O pedido de descredenciamento não desobriga o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções previstas nos arts. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
2. **DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. A prestação do serviço estará liberada logo após assinatura do Contrato, tão logo homologado o Credenciamento, e conforme ordem de serviço emitida pela Secretaria de Assistência Social, de segunda feira a domingo, incluindo feriados. Devendo a empresa vencedora informar o número de telefone, com plantão de 24h (vinte e quatro horas), ficando à disposição da área administrativa desta Secretaria para fins de chamada de atendimento.
   2. Os serviços serão realizados de acordo com as ocorrências de óbito verificadas no Município, mediante solicitação por parte da Secretaria de Assistência Social.
   3. Realizar todos os serviços relacionados no Anexo I deste edital pelos valores inicialmente ali fixados.
   4. As solicitações e autorizações serão feitas pelo responsável da fiscalização do contrato, e deverão ser atendidas no tempo máximo de 01 (uma) hora a partir do recebimento da ordem de serviço para iniciar a execução dos serviços.
   5. Em caso de não ser em horário de expediente da Secretaria, a credenciada deverá receber a autorização por telefone ou mensagem por whastsapp, e procurar a Secretaria na primeira hora útil para regularizar a autorização, sem deixar de prestar os serviços.
   6. A Secretaria informará as localidades em que cada serviço será realizado.
   7. O transporte do corpo compreende retirá-lo do local de ocorrência do óbito onde acontecer, seja em necrotério, IML, residência do falecido ou hospitais (observado os limites de distâncias, no descritivo do serviço), bem como em todo território do município, sendo zona urbana e rural, procedendo com todo necessário até o sepultamento em veículo especial preparado para serviço funerário.
   8. O corpo deverá ser conduzido até o local do velório, no munícipio, incluindo o cortejo fúnebre para sepultamento no cemitério Municipal ou cemitério da área rural.
   9. O atraso ou inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento desta cláusula, ocasionará a aplicação das penalidades legais a contratada.
   10. O serviço será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal, sendo que os serviços poderão ser aceito ou rejeitado conforme a sua correta ou incorreta execução e as eventuais falhas e / ou ocorrências apresentadas deverão ser prontamente corrigidas pela empresa, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, podendo o fiscal quando verificar conduta inadequada ou falhas da prestação do serviço, deverá notificar o mesmo, podendo ocasionar a rescisão contratual.
   11. No caso de credenciada, não ter endereço físico no município, o tempo para execução dos serviços se manterão inalterados, e a quilometragem inicial será registrada a partir do ponto central da Cidade de São Jorge D’Oeste, ou seja, o deslocamento da sua sede até o município de São Jorge D’Oeste será de responsabilidade da empresa, não sendo computado para a análise da distância a qual se refere no descritivo do serviço.
   12. O transporte, os materiais e a preparação do corpo correrão por conta exclusiva da empresa, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.
   13. A empresa deverá no tocante a execução do objeto, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes.
   14. A empresa credenciada deverá dispor de todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução do serviço solicitado, como também, dispor de meios de locomoção até o local de realização dos serviços, de acordo com as especificações de cada item.
   15. As prestações dos serviços deverão ser executadas de acordo com as normas de segurança do trabalho, sendo obrigatória a utilização de EPI’s necessários, de acordo com cada tipo de serviço a ser prestado.
   16. Atender os pacientes com dignidade e respeito e de modo universal e igualitário, mantendo-se a qualidade na prestação de serviços.
   17. Vincula ainda a forma de prestação do serviço as disposições constantes na Seção 5 do Termo de Referência, em anexo.
3. **DAS SANÇÕES**
   1. O participante ou credenciado será responsabilizado administrativamente, nos termos da lei, pelas seguintes infrações:
      1. dar causa à inexecução parcial ou total do termo de credenciamento; deixar de entregar a documentação exigida;
      2. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
      3. não celebrar o termo de credenciamento, e não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
      4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
      5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do termo de credenciamento;
      6. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do termo de credenciamento; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
      7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
   2. A Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos participantes/credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:  advertência; multa; impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
   3. A sanção será aplicada mediante a natureza, a gravidade e a reprovabilidade da infração cometida, assim, a Administração considerará: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública; a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
   4. A advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
   5. A multa não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do termo celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.
   6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao credenciado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
   7. Na aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
   8. É cabível a aplicação de multa cumulativamente com todas as outras sanções dispostas nos incisos do artigo 156 da Lei 14.133/21
   9. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
   10. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do art.156, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
   11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
   12. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o participante ou o credenciado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
   13. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
   14. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:
       1. interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do art. 158 da Lei 14.133/21;
       2. suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
       3. suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.
   15. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**16. CONDIÇÕES GERAIS**

* 1. Nas omissões deste Edital, será aplicado as disposições contidas no Termo de Referência (em anexo), o qual é considerado parte integrante do presente.
  2. Em caso de contradição entre este Edital e o Termo de Referência, prevalecerão as disposições deste último.
  3. Persistindo casos omissos, os mesmos serão decididos pelo Município, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/21 e demais normas municipais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei 10406/02 – Código Civil, Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, e normas e princípios gerais dos contratos.
  4. Por razões de interesse público devidamente comprovado, a Administração poderá revogar este Edital e os eventuais termos dele decorrentes ou anulá-los por ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato gere obrigação de indenizar, sem prejuízo do disposto no parágrafo 137 da Lei 14133/2021.
  5. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Edital, prevalecerá o Foro da Comarca de São João, Estado do Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

1. **DOS ANEXOS**
   1. - Integram o presente Edital e vinculam a atuação das empresas credenciadas e a prestação dos serviços, os seguintes anexos:
2. ANEXO I – Termo de Referência
3. ANEXO II - Modelo De Procuração
4. ANEXO III – Modelo de Solicitação de Credenciamento
5. ANEXO IV – Modelo de Declarações
6. ANEXO V - Minuta de Termo de Credenciamento
7. ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**São Jorge D’Oeste, 15 de julho de 2025.**

**GELSON COELHO DO ROSÁRIO**

**PREFEITO**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA PARA CREDENCIAMENTO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D’OESTE

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 071/2025

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS

**INTRODUÇÃO**

**Conceito e elementos.**

O Termo de Referência (TR), é o documento constitutivo, elaborado a partir dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e definirá o objeto para atendimento da necessidade (art. 65 do Decreto nº 3.927/2023); deverá estar alinhado com o Plano de Contratação Anual (PCA), além de outros instrumentos de planejamento da Administração (art. 66 do Decreto nº 3.927/2023); será elaborado conjuntamente por servidores da área técnica e requisitante ou, pela equipe de planejamento da contratação (art. 67 do Decreto nº 3.927/2023); e ainda, deverá ser divulgado na mesma data do edital ou do aviso de contratação direta, como um anexo do processo administrativo (art. 68 do Decreto nº 3.927/2023).

Sua elaboração será em conformidade com o Art. 18 da Lei Federal nº 14.133 de abril de 2021, regulamentado a nível Municipal pelo Art. 69 do Decreto Municipal n° 3.927/2023, nos seguintes termos:

*“Deverão ser registrados no TR os seguintes parâmetros e elementos descritivos:”* (**caput** do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023).

*“I -* ***definição do objeto*** *[..]”* (inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 1** deste documento*;*

*“II –* ***fundamentação da contratação*** *[...]”* (inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 2** deste documento*;*

*“III –* ***descrição da solução como um todo*** *[...]”* (inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 3** deste documento*;*

*“IV –* ***requisitos da contratação;****”* (inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 4** deste documento*;*

*“V –* ***modelo de execução do objeto****, [...]”* (inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 5** deste documento*;*

*“VI –* ***modelo de gestão do contrato,*** *[...]”* (inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 6** deste documento*;*

*“VII –* ***critérios de medição e pagamento;****”* (inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 7** deste documento*;*

*“VIII –* ***forma e critérios de seleção do fornecedor [...]****;”* (inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 8** deste documento*;*

*“IX –* ***estimativas do valor da contratação,*** *[...]”* (inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 9** deste documento*;*

*“X –* ***adequação orçamentária****, [...]”* (inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021) **seção 10** deste documento*;*

O presente Termo de Referência apresenta as condições ponderadas pela contratante, visando a contratação de fornecedores para atender a demanda de serviços e/ou de produtos, os quais, estando vinculados a finalidade de atender aos anseios desta municipalidade.

Assim, a delimitação da solução nos termos e condições aqui estipulados não são classificadas como sigilosas, conforme os nos termos previstos na Lei nº 15.527/2011, e portanto, é condição de eficácia, a execução do que disciplina o Art. 68 do Decreto Municipal nº 3.927/2023.

**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 071/2025**

**CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS FUNERÁRIAS**

**DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO** (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

**Órgão gestor:**

Secretaria Municipal de Assistência Social.

**Órgãos participantes:**

Não se aplica.

**Órgão executor:**

Secretaria Municipal de Assistência Social;

**Planejamento municipal:**

Verifica-se a consonância com o Plano de Contratação Anual, elaborado pela Administração Municipal para o ano de 2025, regulamentado no art. 30º do Decreto nº 3.927/23, publicado e disponível para consulta em: <https://pmsjorge.pr.gov.br/divulga-licitacoes/plano-anual-de-compras/>

**Responsáveis pela elaboração deste Termo de Referência**

Membros requisitantes:

* Secretária de Assistência Social, nomeada pelo Decreto nº 4499/2025, a Sra. ELIANE T. GATTINI FERREIRA;
* Fiscal setorial, a senhora ERANI SIEGA, nomeada pelo Decreto nº 4682/2025;
* O Agente de Contratação (Fase de Planejamento), o servidor Clodoaldo Blank, nomeado pela Portaria nº 2865/2025.

**SEÇÃO 1 – DAS DEFINIÇÕES DO OBJETO**

(inciso I do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso I do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

* 1. **– OBJETO.**

**Credenciamento de empresa especializada, para futura e eventual prestação de serviços funerários, com fornecimento dos materiais e insumos, a fim de atender as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou que se enquadram nos parâmetros da Lei Municipal nº 785/2017, que autoriza a Secretaria de Assistência Social, por meio de parecer social, conceder o referido auxílio funeral.**

* + 1. **DA NATUREZA DO OBJETO**

O objeto desta contratação é caracterizado como um serviço contínuo e de natureza comum, conforme os termos dos incisos XIII e XV, do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

* + 1. **DA QUALIFICAÇÃO DO OBJETO**

Verifica-se e certifica-se que os itens objeto desta contratação não se enquadram como artigos de luxo com características descritas no art. 41 do Decreto nº 3.927/23.

* + 1. **DO QUANTITATIVO PRETENDIDO**

1.1.3.1 O quantitativo estimado para esta contração apresenta-se conforme abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Lote: 1 | | | | | | |
| Item | Código do produto/serviço | Nome do produto/serviço | Qtde. | Unidade | Preço máximo | Preço máximo total |
| 1 | 66895 | SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO ADULTO SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO ADULTO  Prestação de serviços funerários padrão adulto, contendo:  Urna mortuária com visor auto brilho (padrão assistencial);  Preparação do corpo para velório (incluso tanatopraxia);  Conjunto de roupas;  Manto de flores artificial;  Véu para rosto;  Terço (caso for católico);  02 unidades de coras de flores;  Livro de presença;  Kit velas (04);  Castiçais para velório (conforme a crença religiosa).  Carro Fúnebre (até 130km de limite – Ida e Volta); | 43,00 | US | 1.425,00 | 61.275,00 |
| 2 | 66896 | SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO INFANTIL SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO INFANTIL  Prestação de serviços funerários padrão infantil, contendo:  Urna mortuária com visor auto brilho (padrão assistencial);  Preparação do corpo para velório (incluso tanatopraxia);  Conjunto de roupas;  Manto de flores artificial;  Véu para rosto;  Terço (caso for católico);  02 unidades de coras de flores;  Livro de presença;  Kit velas (04);  Castiçais para velório (conforme a crença religiosa)  Carro Fúnebre (até 130km de limite – Ida e Volta); | 8,00 | US | 845,00 | 6.760,00 |
| 3 | 58810 | Serviço de preparo do corpo necropsiado por morte violenta | 4,00 | UN | 625,00 | 2.500,00 |
| 4 | 66897 | TRANSLADO FUNERÁRIO COM VEÍCULO FECHADO TRANSLADO FUNERÁRIO COM VEÍCULO FECHADO | 5.400,00 | KM | 1,75 | 9.450,00 |
| **TOTAL........................** | | | | | | **79.985,00** |

1.1.3.2. Cada empresa credenciada será contratada através do respectivo procedimento de inexigibilidade de licitação, sendo o contrato formalizado prevendo os quantitativos e preços mencionados no item 1.1.3.1.

1.1.3.3. Na execução do objeto será considerado o somatório executado em todos os contratos decorrentes deste procedimento para o cálculo do limite total previsto no item 9.1.2.

1.1.3.4. Após o atingimento do valor total previsto no item 9.1.2, haverá o encerramento de todos os contratos decorrentes deste credenciamento.

* + 1. **PRAZO DO CREDENCIAMENTO**

1.1.4.1. O Credenciamento permanecerá com edital aberto a futuros interessados que preencherem as condições previstas no edital e seus anexos, de acordo com o inciso II do Art. 79, da Lei nº 14.133/2021, até que se atinja a execução da totalidade dos objetos previstos item 1.1.3.1.

1.1.4.2. Transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da homologação do credenciamento, poderá haver a renovação dos quantitativos previstos no item 1.1.3.1, aplicando-se o reajuste previsto no item 7.5 e juntando-se nova declaração de adequação orçamentária, para fins de realização de nova rodada de contratações na forma prevista no item 3.3.3.

* + 1. **DA MODALIDADE DE CONTRATO**

Depois de homologado o credenciamento, o credenciado terá o direto de contratar com a Administração Pública de São Jorge D’Oeste/PR, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, conforme orientação do inciso IV do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021, igualmente previsto no Art. 144 do Decreto Municipal nº 3.927/2023.

* + 1. **PRAZO DO CONTRATO E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência será definido no respectivo CONTRATO, que vier a ser formalizado com o credenciado, posterior a homologação do procedimento de credenciamento, como do credenciado.

* + 1. **DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

1.1.7.1 O prazo de vigência será definido no respectivo CONTRATO, que vier a ser formalizado com o credenciado, posterior a homologação do procedimento de credenciamento, como do credenciado.

1.1.7.2 Posteriormente, os contratos poderão ser prorrogados e/ou aditivados na forma da Lei nº 14.133/2021, em caso de inexistência de novos fornecedores credenciados.

* 1. **– LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

1.2.1 O local de execução dos serviços funerários requisitados pela Secretaria de Assistência Social, deverão ser executados nas dependências das casas mortuárias municipais (Centro e no Distrito Dr. Antônio Paranhos);

1.2.1.1 Caso a família beneficiada, não aceite realizar o velório, nos locais determinados (casas mortuárias), e preferir outro local a sua escolha e definição, isso **não gerará a obrigação para a Administração Municipal, de custear (aluguel, limpeza, ou outros ônus quaisquer**), nem mesmo será admitido adicional referente a quilometragem percorrida.

1.2.2 A Secretaria Municipal de Assistência Social, administrará a utilização das casas mortuárias municipais, e disponibilizará as chaves aos que necessitarem;

1.2.3 A **contratada é a responsável pelos insumos de higiene e limpeza dos locais (casas mortuárias), antes, durante e após o uso.**

* 1. **– DA ADOÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Não se aplica.

* 1. **– DA DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (IRP)**

Não se aplica.

**SEÇÃO 2 - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

(inciso II do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso II do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

2.1 Justifica-se a pertinência e relevância do presente credenciamento como resposta a um problema ou necessidade identificada de maneira objetiva, ou seja, adequar os serviços públicos funerários, ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana, mesmo em casos, de famílias desprovidas de recursos, seja por vulnerabilidade social, ou pelo enquadramento nos parâmetros da lei Municipal nº 785/2017.

2.2 Justificativa do Serviço Público: A oferta de serviços funerários pelo poder público reflete o compromisso com o bem-estar da população, proporcionando um serviço fundamental que respeita a dignidade humana

2.3 A pretensa contratação, justifica-se ainda, no posicionamento do poder público, quando as famílias residentes no Município, estão diante de dificuldades financeiras e são submetidas aos casos de morte de um dos seus membros familiar. Trata-se de amparo, com base em conceitos de postura, valores e atitudes, condizente com a natureza dos serviços funerários, também visa aprimorar o atendimento ao público, marcado pela perda, pela dor e pelo luto que envolve o usuário.

2.4 Nessa mesma linha de pensamento, a condução dos serviços funerários ainda busca possibilitar que o agente funerário conduza de forma eficaz, tranquila e acolhedora, diferentes situações de atendimento, garantindo a integridade, a equalização da qualidade do serviço, a satisfação das famílias do beneficiado e a boa imagem do serviço público, através dessa capacitação do atendimento ao público no sentido de aprimorar o desempenho nas funções através da compreensão e responsabilidades nas situações que envolvem o luto e famílias enlutadas.

2.5 Justificativa para o Modelo de Credenciamento: Considerando a natureza dos serviços funerários como essenciais, de demanda imprevisível, e que devem ser prestados de forma universal, contínua e isonômica, opta-se pelo modelo de credenciamento conforme previsto no Art. 79 na Lei nº 14.133/2021.

2.5.1 A utilização desse instrumento auxiliar: o credenciamento, também está previsto no Art. 169 e seguintes do Decreto Municipal nº 3.927/2023.

2.5.2 O credenciamento pode ser realizado por três diferentes hipóteses de contratação, em função das características do objeto e da realidade local.

2.5.3 Para o caso concreto, conforme aponta o Estudo Técnico Preliminar – ETP nº 47, será desenvolvido nos termos do inciso II do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021, a saber:

*II – com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação;*

2.5.4 Abrangência do Serviço: A contratação deve contemplar a totalidade dos serviços funerários, listados na descrição do objeto, assegurando atendimento digno e respeitoso a todos os cidadãos, amparados pela Lei Municipal nº 785/2017, independentemente de estratificação social.

2.5.5 Continuidade do Serviço Público: A contratação busca garantir a continuidade e a qualidade dos serviços funerários, que são de natureza contínua e não podem sofrer interrupções.

2.5.6 Acessibilidade: Os serviços devem ser acessíveis aos beneficiados amparados na legislação, com infraestrutura e capacidade operacional para atender a demanda de forma equitativa e eficiente.

2.5.7 A contratação para os serviços funerários deve ser pautada pela busca da excelência no atendimento às necessidades da população menos desprovidas de recursos financeiros, garantindo um serviço essencial de qualidade e acessível, mesmo nas condições de vulnerabilidade social.

2.6 Os serviços, são de natureza comum, conforme as características descritivas no inciso XIII do Art. 6º, da Lei nº 14.133/2021.

**SEÇÃO 3 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

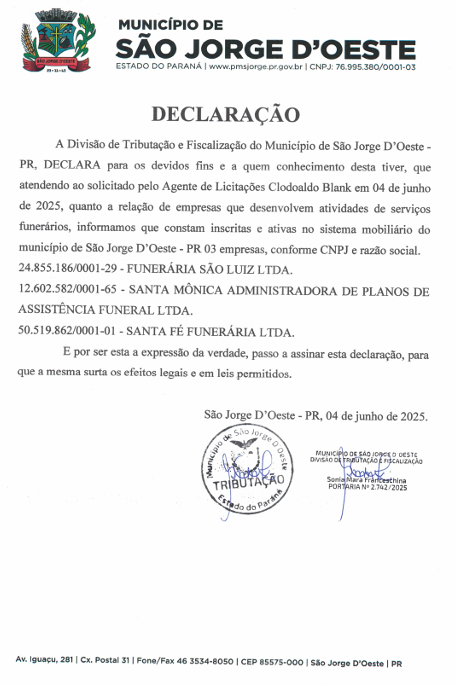
(inciso III do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023, e inciso III do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021).

**3.1 DO LEVANTAMENTO DE MERCADO**

3.1.1 A futura e eventual contratação de serviços funerários se faz de grande importância, já que a Administração Municipal não possui profissionais habilitados, nem estruturas para tal prestação de ser viços e uma empresa especializada tem todos os quesitos e meios legais para este procedimento.

3.1.2 Para o pretenso credenciamento, buscou-se no mercado as possíveis empresas locais, junto a Divisão de Tributação e Fiscalização do Município de São Jorge D’Oeste, que possuem as características e as exigências necessárias para atender a demanda desta municipalidade, logo, constatou-se a situação regular de 3 (três) empresas com potencial competitivo licenciadas por aquela Divisão, aptas para credenciar-se a este procedimento.

3.1.3 Espelha-se abaixo a declaração da Divisão de Tributação do Município de São Jorge D’Oeste/PR:



**3.2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

3.2.1 Com o Estudo Técnico Preliminar, é possível constatar que a melhor solução para o problema em questão é descrita no cenário 2, mediante a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços funerários, com estrutura para dar todo o suporte à família enlutada.

3.2.2 A solução mais viável e que melhor atenderia as demandas da Secretaria de Assistência Social, seria a que tem como finalidade suprir as demandas advindas das pessoas que passam por momento de vulnerabilidade social, qualificada nos termos da Lei Municipal nº 785/2017, proporcionando assim, um funeral digno aos entes falecidos.

3.2.3 Os serviços serão prestados por profissionais habilitados no serviço funeral, e por funerárias que atendam as habilitações fiscais e técnicas exigidas.

3.2.4 O serviço será efetuado quando ocorrer mortes no munícipio de São Jorge D’Oeste/PR, abrangendo cidadãos em vulnerabilidade social desde que procurem o setor de Serviço Social para a solicitação do benefício de auxílio funeral.

3.2.5 **Conforme levantamento do Mercado Local para a execução deste serviço em específico, amparado por declaração do Setor de Tributação do Município de São Jorge D’Oeste, existem 3 (três) empresas inscritas para a realização dos serviços, objetos deste pretenso credenciamento, o que dá suporte a competitividade, que por fim, poderá gerar a economicidades esperada pelo interesse público**.

3.2.5.1 Sendo assim, para este credenciamento, a Administração Pública de São Jorge D’Oeste, vislumbra o uso do Decreto Municipal nº 4.257/2024, delimitando a regionalidade das possíveis e aptas empresas ao credenciamento.

3.2.5.2 Trata-se ainda, de um caso concreto, daqueles referenciados e analisados sob a judice do “Prejulgado Nº 27 - TCE/PR”, que resultou no ACÓRDÃO Nº 2122/19 – TRIBUNAL PLENO TCE/PR, a saber:

*Prejulgado. Regime jurídico de licitações e contratações públicas de microempresas e empresas de pequeno porte. Restrição à participação de empresas sediadas em determinado território. Possibilidade. Limite legal do art. 48, I, da Lei Complementar n.º 123/2006, aferido por itens/lotes do certame. Ponderação entre os princípios da isonomia, vantajosidade e livre concorrência.*

3.2.5.3 Outro sim, em função das características parametrizadas na Lei Municipal nº 785/2017, para habilitar-se aos seus benefícios, entre eles, o auxílio funeral, bem como, o contexto momentâneo que prescinde de agilidade, para privilegiar os cuidados com o corpo cadavérico, e a atenção ao momento de dor e perda, por qual passam os familiares, a execução dos serviços deve ser imediata, do que se percebe, que isso, somente será possível, se a empresa contratada, esteja localizada no município de São Jorge D’Oeste.

3.2.5.4 Sendo assim, **somente serão homologados os credenciamentos, de empresas localizadas nos limites territoriais do Município de São Jorge D’Oeste/PR.**

3.2.4.4 Em tempo, em função dos valores máximos, estimados para a pretensa contração, a Administração Municipal, restringe este procedimento, com exclusividade para micro e pequenas empresas, enquadradas nos parâmetros da Lei Federal nº 123/2006.

3.3 DO CREDENCIAMENTO

3.3.1 Quando da divulgação do **edital de chamamento, será considerado o prazo de 5 dias úteis para que aas empresas interessadas se credenciem e entreguem seus documentos, pessoalmente junto ao setor de contratação da Prefeitura Municipal de São Jorge D’Oeste/PR, no horário de 7h30 da manhã até as 17 horas, desconsiderando o intervalo de almoço – 11h30 até 13h – de segunda a sexta-feira.**

3.3.2 Ao final do 5º dia útil, serão avaliados para a homologação das empresas credenciadas, e homologadas, serão contratadas por inexigibilidade de certame, para a execução do objeto, nos termos do inciso II do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece:

3.3.2.1 **A lista das empresas credenciadas e homologadas será apresentada no 7º dia útil do lançamento do edital,** e será por ela, a contratação daquelas empresas, no prazo de até 30 dias, para a execução do objeto **pelo prazo de 12 (doze) meses**, podendo haver a prorrogação de prazo, desde que não ultrapasse o valor máximo de **79.984,30 (Setenta e nove mil, novecentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos)**, na quantidade originalmente contratada.

3.3.2.2 Ao tempo necessário para que se esgote o valor pretendido já referenciado anteriormente (**não sendo permitido aditivo a Ata de registro de preços nos termos do Art. 125 da Lei nº 14.133/2021)**, hipótese na qual, será novamente avaliado as empresas credenciadas, e serão contratadas para a execução do objeto pelo contrato seguinte, e assim sucessivamente, enquanto existir a necessidade e a vantajosidade para esta Administração e o interesse público, aos limites temporais a que se referem o Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.3.3 O edital do chamamento permanecerá aberto por prazo indeterminado, para que empresas enquadradas nas condições estabelecidas no item 3.2.5 e seguintes, deste documento, possam credenciarem-se para as próximas rodadas de contratação, oque somente ocorrerá após transcorrido o prazo de 12 meses a contar da data de homologação do que trata o item 3.3.2.1.

**SEÇÃO 4 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

(inciso IV do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IV do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

4.1 Trata-se de um procedimento de **CREDENCIAMENTO**, de empresas especializadas na prestação dos serviços funerários (compreendido que o serviço contempla a execução de todos os itens do Lote levado ao certame, quando necessário, em decorrência das condições que tenha ocorrido a morte da pessoa).

4.1.1 No prazo de 30 dias após homologado o credenciamento, e as empresas, serão chamadas para a assinatura do **CONTRATADO**, desde que homologado o referido credenciado.

4.2 O serviço seja realizado, entregando todos os elementos que compõe o serviço em destaque nas condições descritas neste TERMO DE REFERÊNCIA.

4.3 Considerando a sensibilidade e a importância dos serviços funerários, a definição de requisitos para a contratação deve ser criteriosa e abrangente, garantindo a eficiência na prestação do serviço e o respeito aos valores éticos e sociais.

4.3.1. Experiência e Qualificação Técnica: As empresas credenciadas devem apresentar comprovação de experiência e qualificação técnica na prestação de serviços funerários, demonstrando capacidade para lidar com a complexidade logística e sensibilidade emocional envolvida nesse contexto.

4.3.2. Cobertura Geográfica: A licitante deve possuir estrutura e capacidade logística para atender de maneira abrangente e eficaz a todas as áreas do município de São Jorge D’Oeste, assegurando a proximidade e agilidade nos atendimentos independentemente da localização das famílias em vulnerabilidade social. As solicitações e autorizações serão feitas pelo responsável pela coordenação do Contrato e deverão ser atendidas no tempo máximo de 01 (uma) hora a partir do recebimento da ordem de serviço para iniciar a execução dos serviços.

4.3.3. Em caso de não ser em horário de expediente da Secretaria, a credenciada deverá receber a autorização por telefone, ou por whatsapp, e procurar a Secretaria na primeira hora útil para regularizar a autorização, sem deixar de prestar os serviços.

4.3.4. A Secretaria informará as localidades em que cada serviço será realizado.

4.3.5. Transparência e Prestação de Contas: A licitante deve apresentar mecanismos claros de prestação de contas, permitindo a fiscalização e auditoria pelos órgãos competentes. A transparência nas operações e a clareza na comunicação com as famílias atendidas são aspectos fundamentais.

4.4 A contratada deverá observar, no que couber, as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial o disposto na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

4.5 A contratada também poderá adotar outros critérios que garantam a sustentabilidade.

4.6 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.7 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, em razão de ser uma contratação de curto prazo e pelas características do objeto.

**SEÇÃO 5 – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

(inciso V do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso V do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

5.1 A prestação do serviço estará liberada logo após assinatura do Contrato, tão logo homologado o Credenciamento, e conforme ordem de serviço emitida pela Secretaria de Assistência Social, de segunda feira a domingo, incluindo feriados. Devendo a empresa vencedora informar o número de telefone, com plantão de 24h (vinte e quatro horas), ficando à disposição da área administrativa desta Secretaria para fins de chamada de atendimento.

5.2 A contratação do serviço funerário se dará entre as funerárias credenciadas no município de São Jorge D’Oeste que serão autorizadas, mediante encaminhamentos realizados pela Secretaria Municipal de Assistência Social e o critério de distribuição da demanda será conforme o inciso II do Art. 79**, onde a escolha e definição pela empresa que prestará o serviço, será de responsabilidade dos terceiros (usuários), portanto a família deverá indicar por qual das empresas credenciadas, optará para a realização dos serviços funerários.**

5.3. Os serviços serão realizados de acordo com as ocorrências de óbito verificadas no Município, mediante solicitação por parte da Secretaria de Assistência Social.

5.4. As solicitações e autorizações serão feitas pelo responsável da fiscalização do contrato, e deverão ser atendidas no tempo máximo de 01 (uma) hora a partir do recebimento da ordem de serviço para iniciar a execução dos serviços.

5.5. Em caso de não ser em horário de expediente da Secretaria, a credenciada deverá receber a autorização por telefone ou mensagem por whastsapp, e procurar a Secretaria na primeira hora útil para regularizar a autorização, sem deixar de prestar os serviços.

5.6. A Secretaria informará as localidades em que cada serviço será realizado.

5.7. O transporte do corpo compreende retirá-lo do local de ocorrência do óbito onde acontecer, seja em necrotério, IML, residência do falecido ou hospitais (observado os limites de distâncias, no descritivo do serviço), bem como em todo território do município, sendo zona urbana e rural, procedendo com todo necessário até o sepultamento em veículo especial preparado para serviço funerário.

5.8. O corpo deverá ser conduzido até o local do velório, no munícipio, incluindo o cortejo fúnebre para sepultamento no cemitério Municipal ou cemitério da área rural.

5.9. O atraso ou inexecução, mesmo que parcial, no cumprimento desta cláusula, ocasionará a aplicação das penalidades legais a contratada.

5.10. O serviço será acompanhado e fiscalizado pelo fiscal, sendo que os serviços poderão ser aceito ou rejeitado conforme a sua correta ou incorreta execução e as eventuais falhas e / ou ocorrências apresentadas deverão ser prontamente corrigidas pela empresa, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, podendo o fiscal quando verificar conduta inadequada ou falhas da prestação do serviço, deverá notificar o mesmo, podendo ocasionar a rescisão contratual.

5.11. No caso de credenciada, não ter endereço físico no município, o tempo para execução dos serviços se manterão inalterados, e a quilometragem inicial será registrada a partir do ponto central da Cidade de São Jorge D’Oeste, ou seja, o deslocamento da sua sede até o município de São Jorge D’Oeste será de responsabilidade da empresa, não sendo computado para a análise da distância a qual se refere no descritivo do serviço.

5.12. O transporte, os materiais e a preparação do corpo correrão por conta exclusiva da empresa, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente.

5.13. A empresa deverá no tocante a execução do objeto, OBEDECER rigorosamente todas as disposições legais pertinentes.

5.14. A empresa credenciada deverá dispor de todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução do serviço solicitado, como também, dispor de meios de locomoção até o local de realização dos serviços, de acordo com as especificações de cada item.

5.15. As prestações dos serviços deverão ser executadas de acordo com as normas de segurança do trabalho, sendo obrigatória a utilização de EPI’s necessários, de acordo com cada tipo de serviço a ser prestado.

5.16 O prazo de execução do serviço, será de imediato após a comunicação da Secretaria requisitante, na forma que se segue:

5.16.1 Fica acordado da entrega imediata, partir da requisição pela Secretaria interessada;

5.16.2 A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.16.2.1 Fica a contratada, **obrigada a enviar no momento da emissão do documento fiscal, o arquivo XML da Nota Fiscal** no e-mail oficial: [compras@pmsjorge.pr.gov.br](mailto:compras@pmsjorge.pr.gov.br) sendo condição obrigatória para empenho.

5.16.2.2 A contratante encaminhará a Nota de Empenho à contratada com vistas à apresentação de garantia de recursos financeiros para a contratação do objeto;

5.16.2.3 A contratante encaminhará as informações necessárias à emissão dos documentos fiscais relativos a aquisição;

5.16.3 Das garantias dos produtos:

5.16.3.1 No que couber, a garantia dos produtos, seguirá os termos da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.16.4 O quantitativo solicitado, será disposto e atribuído à todos os habilitados e contratados simultaneamente, de modo que pela modalidade do credenciamento definida para este procedimento, no inciso II do Art. 79 da Lei nº 14.133/2021, o quantitativo será cumulativo e reduzido para todos os contratos, independente de qual dos contratados estará executando o serviço.

**SEÇÃO 6 – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

(inciso VI do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VI do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

**6.1 ROTINAS DE FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

6.1.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada uma das partes, responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

6.1.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

6.1.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Gestor do contrato, o Senhor Clair Mariano da Costa, Secretário da Pasta, coordenado pela Secretaria de Assistência Social, a Sra. Eliane Terezinha Gattini Ferreira, e fiscalizada pela fiscal administrativa dos contratos e atas de registro de preços, a servidora Ariani Becker, ainda, pelo fiscal técnico o servidor Gerson Auler, bem como, estará sob a responsabilidade de fiscalização setorial, da Sra. Erani Siega, todos nomeados pelo Decreto nº 4.591/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

6.1.4 O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

6.1.4.1 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

6.1.4.2 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

6.1.5 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).

6.1.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

6.1.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

6.1.7.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

6.1.8 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

6.1.9 Após a assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços, ou ainda, outro instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

6.1.10 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

6.1.11 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**SEÇÃO 7 – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

(inciso VII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

**7.1 DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO:**

7.1.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

a) não atender ao que fora requisitado pela Secretaria demandante;

b) não observado o tempo máximo para execução do objeto;

7.1.2 A utilização do disposto neste item não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do objeto.

**7.2 DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO**

7.2.1 O objeto será recebido provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, contado do recebimento da Nota Fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.2.2 O contratante realizará inspeção minuciosa do objeto executado, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo uso do objeto, com a finalidade de verificar a adequação da entrega e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.2.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da execução do objeto, realizada em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.2.2.2 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.2.4 No prazo supracitado para o recebimento provisório, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

7.2.2.5 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.2.2.6 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 30 (trinta)  dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**7.3 DO RECEBIMENTO DEFINITIVO**

7.3.1 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.3.1.1 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.3.1.2 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos produtos, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.3.1.3 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.3.2 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

**7.4 DO PAGAMENTO**

7.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

7.4.2 O pagamento será feito pelo Município de São Jorge D’Oeste de forma parcelada, na periodicidade definida em contrato, de acordo com a periodicidade do encaminhamento da documentação relacionada no item 7.3.

7.4.3 O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias úteis, subsequentes ao recebimento definitivo.

7.4.4 O Município de São Jorge D’Oeste poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a tributos, multas ou indenizações devidas pelo(a) fornecedor(a), incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

7.4.5 O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

7.4.6 O Município de São Jorge D’Oeste, tem regulamentado no Art. 159 do Decreto nº 4.393/2024, a **ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS**. Aos pontos sobre as possibilidades de alteração desta ordem cronológica e classificatória para a efetivação dos pagamentos, poderá ser nas condições do Art. 160 do Decreto nº 4.393/2024.

7.4.7 O setor competente para proceder com pagamento, deverá verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período de prestação dos serviços;

e) o valor a pagar;

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis; e

g) acompanhado da requisição dos serviços.

7.4.8 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, a ordem cronológica para o pagamento, é novamente reestabelecida, e iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

7.4.9 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.10 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas nesta contratação.

7.4.11 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.12 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4.13 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.14 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.15 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.4.16 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.4.17 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.4.18 É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.4.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP

Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: I = ( 6 / 100 ) I = 0,00016438

I = (TX) 365 TX = Percentual da taxa anual = 6%

**7.5 DO REAJUSTE, REPACTUAÇÃO E REEQUILÍBRIO DE PREÇOS REGISTRADOS:**

7.5.1 **Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e aplicará a variação do índice do UFM, ou o índice do IPCA, aquele mais vantajoso para a CONTRATANTE, no caso dos itens 1, 2 e 3, como se segue:**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **CÓD EQUIP** | **NOME** | **DESCRIÇÃO DE PRODUTOS** | **UND** | **VALOR UNIT.** | **VALOR DA UFM 2025**  **DECRETO Nº 4.505/2025** | **VALOR DO ITEM, EM UFM** |
| 1 | 66895 | SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO ADULTO | Prestação de serviços funerários padrão **adulto**, contendo: • Urna mortuária com visor auto brilho (padrão assistencial); • Preparação do corpo para velório (incluso tanatopraxia); • Conjunto de roupas; • Manto de flores artificial; • Véu para rosto;• Terço (caso for católico); • 02 unidades de coras de flores;• Livro de presença; • Kit velas (04); • Carro Fúnebre (até **130**km de limite – Ida e Volta); • Castiçais para velório (conforme a crença religiosa). | Und | R$ 1.425,00 | **R$ 334,34** | **4,2621 UFM** |
| 2 | 66896 | SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO INFANTIL | Prestação de serviços funerários padrão infantil, contendo: • Urna mortuária com visor auto brilho (padrão assistencial); • Preparação do corpo para velório (incluso tanatopraxia); • Conjunto de roupas; • Manto de flores artificial; • Véu para rosto; • Terço (caso for católico); • 02 unidades de coras de flores; • Livro de presença; • Kit velas (04); • Carro Fúnebre (até 130km de limite – Ida e Volta); • Castiçais para velório (conforme a crença religiosa). | UND | R$ 845,00 | **R$ 334,34** | **2,5273 UFM** |
| 3 | 58810 | SERVIÇO DE PREPARO DO CORPO NECROPSIADO POR MORTE VIOLENTA | Serviço de preparo de corpo necropsiado por morte violenta | Und | R$ 625,00 | **R$ 334,34** | **1,8693 UFM** |
| 4 | 66897 | TRANSLADO FUNERÁRIO COM VEÍCULO FECHADO | Translado funerário com veículo fechado | Und | R$ 1,75 |  |  |

7.5.2 **Com o objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, a Administração promoverá o reajuste de preços mediante apostilamento, e no caso do item 4 (valor do km rodado), aplicará a porcentagem de variação dos preços calculados com base na pesquisa de preços da ANP para a região (Francisco Beltrão e região), a qualquer tempo, sempre comprovado mediante documentos fiscais, tanto para reajustes, como para reduções de preços, com iniciativa do Contratado, ou de ofício pela Contratante.**

7.5.3 Justifica-se esse mecanismo de atualização, considerando o referenciamento também à UFM (índice de natureza tributária), para o reequilíbrio de preços, sendo avaliado para par e par ao IPCA, definindo por qual será mais vantajoso para CONTRATANTE, uma vez que os limites dos benefícios autorizados na Lei nº 785/2017, são todas estipulados em UFM, o que entende-se que desta forma, se estará em consonância com a referida Lei e contextualmente atualizado.

7.5.3.1 Salienta-se que o reequilíbrio econômico financeiro, somente será concedido após transcorrido 12 meses da realização do orçamento para este procedimento (junho), muito embora a UFM tem seu valor atualizado no início de cada exercício financeiro, prevalecerá o prazo da orçamentação.

**7.6 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

7.6.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.6.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.6.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.6.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.6.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.6.6 Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.6.7 Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

7.6.7.1 exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

7.6.7.2 direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

7.6.7.3 promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

7.6.7.4 considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

7.6.8 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

7.6.9 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

7.6.10 Cientificar o órgão de representação junto a procuradoria municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.6.11 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.6.12 Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.6.13 Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

7.6.14 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**7.7 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

7.7.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.7.1.1 executar o objeto da contratação conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

7.7.1.2 reparar, corrigir ou remover, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

7.7.1.3 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Municipalidade ou ao órgão municipal, ou ainda à algum bem público municipal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

7.7.1.4 utilizar empregados habilitados e com conhecimentos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

7.7.1.5 vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7° do Decreto n° 7.203, de 2010 e Inciso V do Parecer Jurídico nº 001.01.2018, da Assessoria Jurídica do Município de São Jorge D’Oeste/PR;

7.7.1.6 quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

7.7.1.7 responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

7.7.1.8 comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

7.7.1.9 prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.7.1.10 paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.7.1.11 promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

7.7.1.12 Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

7.7.1.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

7.7.1.14 manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

7.7.1.15 guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

7.7.1.16 executar o objeto dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais  em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

7.7.1.17 arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.7.1.18 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante.

**7.8 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.8.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

7.8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento, de qualquer uma das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

7.8.3 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.8.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência. | 5 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento. | 4 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia. | 3 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia. | 2 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia. | 3 |
| 6 | Para os itens a seguir, deixar de: Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia. | 1 |
| 7 | Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência. | 2 |
| 8 | Para os itens a seguir, deixar de: Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia. | 1 |
| 9 | Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência. | 3 |
| 10 | Para os itens a seguir, deixar de: Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato. | 1 |
| 11 | Para os itens a seguir, deixar de: Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA. | 1 |

7.8.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

7.8.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

7.8.5.2 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.8.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.8.7 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

7.8.8 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8.9 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.8.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**SEÇÃO 8– FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

(inciso VIII do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso VIII do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

8.1 O fornecedor será selecionado pelo usuário, e deverá executar o serviço na sua integralidade, não sendo possível fracionar entre duas empresas credenciadas.

8.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanções impostas à pretensa contratada, que a impeça de contratar com a Administração Pública, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www. portaldatransparencia.gov.br/ceis); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www. portaltransparencia.gov.br/sanções/cnep).

8.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.6 O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.7 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.8 É dever do fornecedor, manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.12 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

**8.12.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

8.12.1.1 Sociedade simples:  inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.12.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.12.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.12.1.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

8.12.1.5 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

8.12.1.6 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

8.12.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

8.12.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.12.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**8.12.2 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

8.12.2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.12.2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

8.12.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.12.2.4 declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

8.12.2.5 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.12.2.6 prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.12.2.7 prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.12.2.7.1 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

**8.13 HABILITAÇÃO TÉCNICA**

8.13.1 Apresentação da Licença Ambiental para a realização do Serviço de Somatoconservação (Tanatoproxia), para o CNPJ apresentado.

8.13.1.1 Será permitido e suficiente, para a homologação do credenciamento, a apresentação de documento que confirme a contratação terceirizada deste serviço, desde que o executante contratado seja licenciado pelo órgão competente, para a realização do serviço de Somatoconservação (Tanatoproxia).

**8.14 HABILITAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

Verificou-se que diante do caso concreto, que a não obrigatoriedade de apresentação dos requisitos para HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA, não é relevante ante o valor da contratação, uma vez do seu fracionamento e da celeridade com que se verifica a não execução do objeto, no caso da CONTRATADA, quando considerada a disponibilização das imagens a quem tem competência para acompanha-las em tempo real.

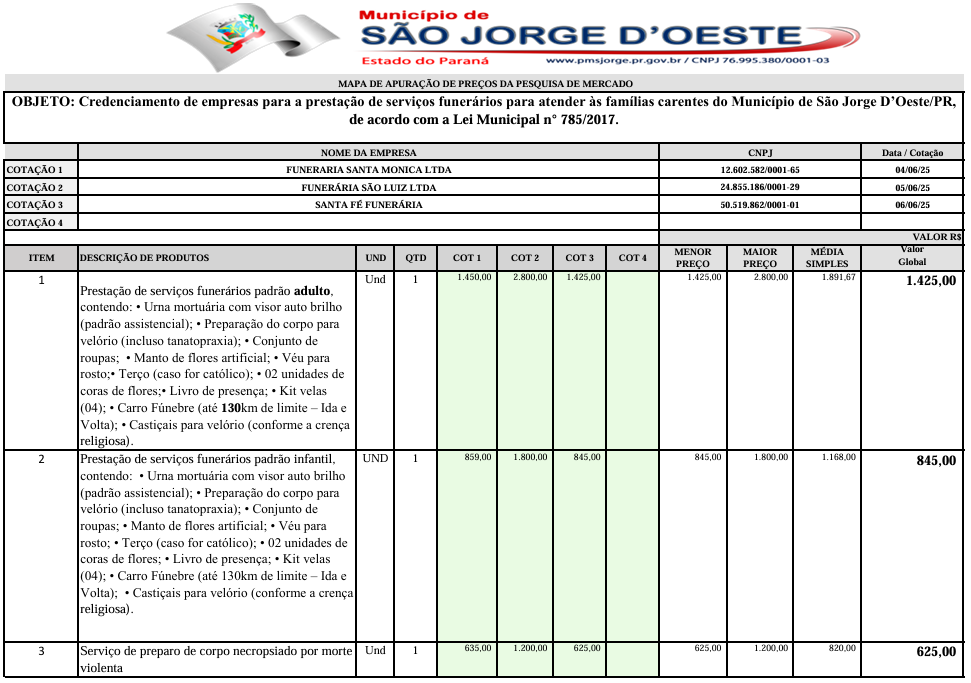
Considerando ainda que a característica do objeto desta contratação, no caso de paralização, ou incapacidade da CONTRATADA de continuar a execução, não causará danos ao erário, apenas, a paralização de um serviço, embora essencial, mas que não interfere na execução dos demais serviços públicos.

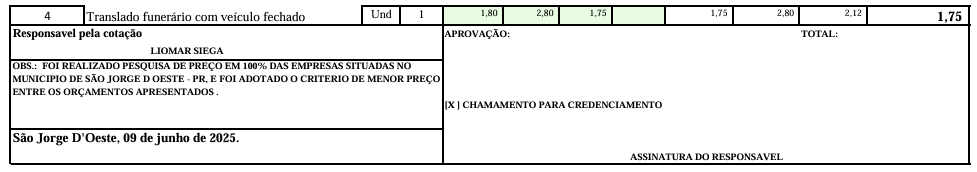
Portanto, para não atentar a restrição de competitividade ao certame, a CONTRATANTE, desobriga aos licitantes a comprovação da qualificação econômica financeira, prevista no Art. 70 da Lei nº 14.133/2021.

**SEÇÃO 9 – ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

(inciso IX do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso IX do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

9.1 Segue-se com a apresentação do mapa de cotação dos preços individuais por itens do Lote:

****

****

9.1.1 Conforme Mapa de apuração espelhado acima, é possível perceber a formação do preço máximo para cada item listado, mediante a composição da cesta de preços, com pesquisa nos 3 (três) fornecedores diretos, sendo os 3 (três) do município e atingindo 100% das empresas locais, e ainda , a cotação de preços que o município tem contratado para os mesmos itens que compõe o objeto.

Assim, admitiu-se como referência o **MENOR PREÇO** entre os preços orçados para a formação do preço máximo, para o atual procedimento, a verificar:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOTE** | **ITEM** | **CÓD EQUIP** | **NOME** | **DESCRIÇÃO DE PRODUTOS** | **UND** | **QTD** | **VALOR UNIT.** | **VALOR TOTAL PARA O ITEM** |
| 1 | 1 | 66895 | SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO ADULTO | Prestação de serviços funerários padrão **adulto**, contendo: • Urna mortuária com visor auto brilho (padrão assistencial); • Preparação do corpo para velório (incluso tanatopraxia); • Conjunto de roupas; • Manto de flores artificial; • Véu para rosto;• Terço (caso for católico); • 02 unidades de coras de flores;• Livro de presença; • Kit velas (04); • Carro Fúnebre (até **130**km de limite – Ida e Volta); • Castiçais para velório (conforme a crença religiosa). | Und | 43 | R$ 1425,00 | **R$ 61.275,00** |
| 2 | 66896 | SERVIÇO ASSITÊNCIAL FUNERÁRIO PADRÃO INFANTIL | Prestação de serviços funerários padrão infantil, contendo: • Urna mortuária com visor auto brilho (padrão assistencial); • Preparação do corpo para velório (incluso tanatopraxia); • Conjunto de roupas; • Manto de flores artificial; • Véu para rosto; • Terço (caso for católico); • 02 unidades de coras de flores; • Livro de presença; • Kit velas (04); • Carro Fúnebre (até 130km de limite – Ida e Volta); • Castiçais para velório (conforme a crença religiosa). | UND | 8 | R$ 845,00 | **R$ 6.760,00** |
| 3 | 58810 | SERVIÇO DE PREPARO DO CORPO NECROPSIADO POR MORTE VIOLENTA | Serviço de preparo de corpo necropsiado por morte violenta | Und | 4 | R$ 625,00 | **R$ 2.500,00** |
| 4 | 66897 | TRANSLADO FUNERÁRIO COM VEÍCULO FECHADO | Translado funerário com veículo fechado | Und | 5400 | R$ 1,75 | **R$ 9.450,00** |
|  | **VALOR MÁXIMO PARA A CONTRATAÇÃO** | | | | | | **R$ 79.985,00** | |

9.1.2 Da análise acima, define-se como preço máximo para a pretensa contratação, o valor de a **R$ 79.985,00 (Setenta e nove mil, novecentos e oitenta e cinco reais).**

9.2 No que se refere ao critério adotado para admissão do preço máximo para a contratação.

9.3 Da Justificativa de Preços

9.3.1 Com relação à pesquisa de preços, o Art. 46 do Decreto nº 3.927/2023, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal, estabelece regras específicas para as contratações, em todas as suas formas, in verbis:

*“A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:*

*I - composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços ou banco de preços em saúde, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*II - contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*

*III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital, contendo a data e a hora de acesso;*

*IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; ou*

*V - pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, desde que a data das notas fiscais esteja compreendida no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, conforme regulamento a ser instituído pela União”* (disposto no Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia).

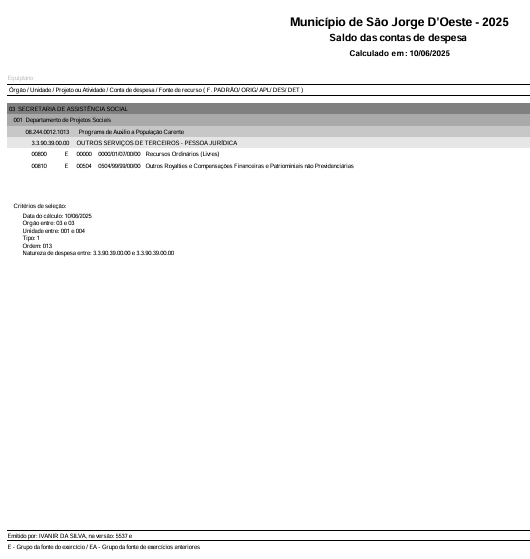
*§ 1º Deverão ser priorizados os parâmetros estabelecidos nos incisos I e II, devendo, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.*

9.3.2 Quanto à justificativa de escolha das empresas pesquisadas, buscou-se a precificação do serviço contratado, pela totalidade das empresas locais, aptas a prestar o serviço.

**SEÇÃO 10 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**(inciso X do Art. 69 do Decreto nº 3.927/2023 e inciso X do §1º do Art. 18 da Lei nº 14.133/2021)

10.1 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, e nos vínculos abaixo espelhado, e ainda, juntado aos autos:



**DO FORMATO DOS DOCUMENTOS**

A apresentação dos documentos listados nas Habilitações, serão aceitos em formato digital, ou em outro canal disponibilizado pela contratante, nos limites temporais admitido no edital.

**DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

Este procedimento decorre em conformidade com a Lei nº. 14.133/2021, notadamente os artigos: Art. 74, inciso IV e Art. 78, inciso I, combinados com o Art. 79, inciso II, todos da mencionada Lei.

Conforme art. 6º, inciso XLIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, define-se credenciamento como o processo administrativo de chamamento público em que a Administração Pública convoca interessados em prestar serviços ou fornecer bens para que, preenchidos os requisitos necessários, se credenciem no órgão ou na entidade para executar o objeto quando convocados.

O critério de seleção é o previsto no art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, ou seja:

*II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação.*

A contratação dos credenciados será efetivada por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos do inciso IV do Art. 74 da Lei nº 14.133/2021.

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**DA DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DOS FISCAIS DO CONTRATO**

A ciência de todas as informações prestadas no presente Termo de Referência, bem como das condições de execução do objeto, são obrigações institucionalizadas quando da emissão do Decreto nº 4682/2025, que personaliza os fiscais: a servidora Beatriz Ordina (administrativo), Erani Siega (setorial) e Gerson Auler (técnico), designados para o controle desta contratação, de modo que os mesmos estão treinados e cientes das suas obrigações.

**DA RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Declaro estar ciente de todas as implicações pelas informações prestadas no presente Termo de Referência e em relação a elas assumimos de forma solidária a responsabilidade.

São Jorge D’Oeste, 25 de junho de 2025

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Clodoaldo Blank

Agente de Contratação – Fase de Planejamento

Portaria nº 2865/2025

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Erani Siega

Fiscal Setorial

Decreto nº 4682/2025

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Eliane Teresinha Gattini Ferreira

Secretária Municipal de Assistência Social - Decreto nº 4499/2025

**ANEXO II**

**MODELO DE PROCURAÇÃO**

À

Prefeitura Municipal de São Jorge D’Oeste/Pr.

Ref.: **Chamamento Público n. 001/2025**

Pelo presente instrumento particular de procuração, a (razão social da empresa), com sede ( endereço completo) inscrita no CNPJ/ MF sob o nº (inserir o nº do CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (a) o(a) Sr. (a) (inserir o nome completo) portador (a) da cédula de identidade (inserir nº RG), e CPF (inserir nº CPF), a quem confere amplos poderes para representar perante ao CREDENCIAMENTO n° 00X/2025 está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos e assinar atas, prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Comissão de Contratação Especial , enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da outorgante.

Cidade/Estado,..........de de 202x.

Representante Legal

(Assinatura/nom e/CPF)

**ANEXO III**

**MODELO DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO**

À

Prefeitura Municipal de São Jorge D’Oeste/Pr.

Ref.: **Chamamento Público n. 001/2025**

A (razão social da empresa), inscrita(o) no CNPJ sob o nº xxx, com sede (endereço completo), vem solicitar seu credenciamento no **Processo de Chamamento Público – 00X/2025,** cujo objeto é o CREDENCIAMENTO para [xxx], conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1. **Dados do Preposto**: nome completo, rg/cpf, endereço, telefone/whatsapp, e-mail para contato;
2. Informação de dados bancários (Banco, agência e conta);
3. Relação dos documentos apresentados em anexo;
4. Data e assinatura do representante legal;

Declaramos estarmos cientes de que ainclusão ou exclusão dos serviços aos quais nos     credenciaremos dependerá de anuência expressa da Secretaria Municipal de Administração.

Atenciosamente,

Cidade/Estado,..........de de 202x.

Representante Legal

(Assinatura/nom e/CPF)

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO**

À

Prefeitura Municipal de São Jorge D’Oeste/Pr.

Ref.: **Chamamento Público n. 01/2025**

**NOME/RAZÃO SOCIAL, CPF/CNPJ; ENDEREÇO; TELEFONE; E-MAIL**, interessada(o) em **participar do** Processo de **Chamamento Público – 001/2025, cujo objeto é o** CREDENCIAMENTO para **CONTRATAÇÃO de empresa especializada, para futura e eventual prestação de serviços funerários, com fornecimento dos materiais e insumos, a fim de atender as famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e/ou que se enquadram nos parâmetros da Lei Municipal nº 785/2017, que autoriza a Secretaria de Assistência Social, por meio de parecer social, conceder o referido auxílio funeral** conforme condições, especificações, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento**,** mediante celebração de Termo de Credenciamento entre os Credenciados e o Município, **DECLARA:**

1. para fins do dispositivo na Lei Federal nº 9.854/99, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos.
2. que não existe fato impeditivo à sua habilitação e que se obriga a comunicar a superveniência do mesmo; impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
3. que não mantem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do Art. 14º, inc IV da Lei Federal nº 14.133/21;
4. que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
5. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
6. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos.
7. que que os serviços ofertados por este credenciado serão prestados de acordo com as exigências estabelecidas neste Instrumento Convocatório e Termo de Referência.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Cidade,..........de de 202x.

Representante Legal

(Assinatura/nom e/CPF)

**ANEXO V**

**MINUTA DE TERMO DE CREDENCIAMENTO**

*Entre o MUNICÍPIO DE XXXX e ..........................., para [objeto]*

O MUNICÍPIO DE XXX, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob Nº xxxx, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. [nome], nacionalidade, estado civil, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF nº xxx., doravante denominado de CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa ,

inscrita no CNPJ sob nº ........................., com sede na , neste ato representada por

........................................................, simplesmente denominado de CREDENCIADA, ajustam o presente **Termo de Credenciamento**, conformidade com os arts. 74, IV, 79, I da Lei nº Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº xxx, de [data] ,, Inexigibilidade nº xx/202x, Edital de Chamamento Público nº xx/202x e legislação aplicável, com a adoção das seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1. É objeto deste instrumento [xxxx], conforme a necessidade, no período de vigência do credenciamento.
   1. Segue abaixo tabela com as especificações:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Item** | **Descrição** | **Unidade de**  **Medida** | **Valor**  **Unitário** |
| 1 | xxxxx | Hora/Und, etc | R$ |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |

– Para a perfeita execução dos trabalhos objeto do Termo de Credenciamento a Credenciada deverá possuir todos os equipamentos imprescindíveis para sua consecução.

1. O valor fixado para fim de credenciamento, consta na Tabela do item 1.1.1, e respectiva unidade de medida, estando incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão-de-obra, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, civis, comerciais e fiscais, entre outros.
2. É de responsabilidade exclusiva e integral da empresa credenciada, a disponibilização de pessoal para execução dos serviços, incluídos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para o Município.
3. – A empresa credenciada, deverá manter e estar munida dos equipamentos necessários para a execução dos trabalhos, bem como dos equipamentos de proteção individual - EPI’S, não cabendo ao Município seu fornecimento.
4. O credenciamento não gera qualquer direito adquirido a prestação dos serviços, os quais somente serão utilizados quando da ocorrência de necessidade pelo Município, quando então serão convocadas a(s) empresa(s) a executá-lo.
5. A empresa uma vez convocada, deverá manifestar-se formalmente, ainda que por documento eletrônico, sua impossibilidade de atendimento, no prazo máximo de 24 horas da solicitação, sob pena de descredenciamento e aplicação de penalidades administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021
6. A Administração reserva-se o direito de acompanhar os serviços solicitados, através de pessoa a ser designada pela Administração Municipal.
7. A empresa credenciada ficará sujeita aos controles de execução de serviços determinados pela Administração.
8. Todo e qualquer serviço somente poderá ser executado mediante apresentação de Ordem de Serviço, emitida pelo Município, onde deverá constar os dados essenciais para os serviços a serem executados e a Secretaria demandante.
9. A empresa credenciada será responsável pelo atendimento a todas a normas legais, especialmente licenciamento(s) exigidos pelos órgãos competentes, caso forem exigíveis para a prestação dos serviços objeto do presente instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, PAGAMENTO E REAJUSTES:**

1. O Município pagará à CREDENCIADA, em contrapartida aos serviços, o valor indicado na Clausula 1.1.1., do presente Termo.
2. No preço estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tais como: mão-de-obra, equipamentos, encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, civis, comerciais e fiscais, entre outros.
   1. – O valor a ser pago decorrerá da multiplicação demandada pela unidade de medida correspondente, podendo o pagamento ser realizado de forma global, mensalmente.
3. O pagamento pelos serviços prestados pelo credenciado será efetuado até 30 (trinta) dias após a emissão e apresentação da nota fiscal/fatura, acompanhada de relatório discriminativo dos serviços realizados, onde deverão constar**: identificação da empresa credenciada, mês de competência, data, horário, tipo de serviço realizado, identificação do veículo/equipamento cujos serviços foram prestados, profissional responsável pela prestação dos serviços, assinatura do responsável legal da empresa credenciada, bem como a assinatura do servidor municipal responsável pela solicitação/fiscalização.**
4. Com objetivo de manter o equilíbrio econômico-financeiro, o **CONTRATANTE** promoverá o **reajuste de preços** mediante apostila, e aplicará o índice pelo IPCA ou INPC o que representar maior vantagem ao contratante. Ainda, o termo inicial será a data do orçamento estimado realizado na etapa preparatória, ou seja, será considerado o mês de março de 2024, desde que decorrido no mínimo 1 (um) ano de referido marco temporal.
5. A **repactuação de preços** também ocorrerá mediante apostila, e terá como termo inicial no mínimo 1 (um) ano da apresentação das propostas.
6. A **revisão de preços** registrados será realizada mediante solicitação do **CONTRATADO** ou do **CONTRATANTE**, a qualquer tempo durante a vigência do Contrato, com objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro entre as partes, será formalizada mediante aditivo, observando o disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei n° 14.133/2021.
7. O pedido realizado pela Credenciada para revisão de preços será analisado e respondido no prazo de 15 dias úteis, e seus efeitos, via de regra, ocorrerão a partir da data do protocolo.
8. A emissão da ordem de serviço ou nota de empenho não configurará óbice para analisar o pedido de revisão.
9. A execução do objeto ou a extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que a revisão poderá ser concedida por meio de termo indenizatório.
10. As comunicações sobre atualização de preços ocorrerão entre o Gestor do Contrato e o Preposto da Credenciada, conforme os dados apresentados no preenchimento da solicitação do credenciamento no Anexo III.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PRAZOS:**

1. – A Credenciada realizará os serviços, imediatamente após receber a ORDEM DE SERVIÇOS.
2. – O atraso injustificado na prestação dos serviços, sujeitará o infrator ao pagamento de multa estipulada neste instrumento.
3. – A CREDENCIADA fica sujeita e compromete-se cumprir os prazos que a Administração Municipal  determinar para a realização dos serviços/entrega dos bens objeto deste Termo.

**CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, RESPONSABILIDADES E FISCALIZAÇÃO:**

1. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas aqui avençadas, as normas e obrigações previstas no Edital de Credenciamento e seus anexos, respondendo cada qual pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
2. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada uma das partes, responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
4. A execução do contrato deverá ser acompanhada pelo Gestor do contrato, o Senhor Clair Mariano da Costa, Secretário da Pasta, coordenado pela Secretaria de Assistência Social, a Sra. Eliane Terezinha Gattini Ferreira, e fiscalizada pela fiscal administrativa dos contratos e atas de registro de preços, a servidora Beatriz Hordina, ainda, pelo fiscal técnico o servidor Gerson Auler, bem como, estará sob a responsabilidade de fiscalização setorial, da Sra. Erani Siega, todos nomeados pelo Decreto nº 4.682/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.
5. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
6. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133 /2021, art. 120).
9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
11. 6.1.7.1 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
12. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
13. Após a assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços, ou ainda, outro instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).
14. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
15. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

**CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO:**

**5.1** As despesas decorrentes do presente termo correrão por conta das seguintes dotações

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Dotações | | | | | |
| Exercício da despesa | Conta da despesa | Funcional programática | Fonte de recurso | Natureza da despesa | Grupo da fonte |
| 2025 | 920 | 03.001.08.244.0012.2014 | 0 | 3.3.90.39.67.00 | Do Exercício |
| 2025 | 930 | 03.001.08.244.0012.2014 | 504 | 3.3.90.39.67.00 | Do Exercício |

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES:**

6. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

a) falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo; ou

e) cometer fraude fiscal.

7.8.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento, de qualquer uma das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

(1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

(2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

(3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

(4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

(5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

6.1 As sanções previstas nos subitens “i”, “iii” e “iv” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.8.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

|  |  |
| --- | --- |
| GRAU | CORRESPONDÊNCIA |
| 1 | 0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 2 | 0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 3 | 0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 4 | 1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato |
| 5 | 3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato |

Tabela 2

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| ITEM | DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO | GRAU |
| 1 | Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência. | 5 |
| 2 | Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento. | 4 |
| 3 | Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia. | 3 |
| 4 | Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia. | 2 |
| 5 | Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia. | 3 |
| 6 | Para os itens a seguir, deixar de: Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia. | 1 |
| 7 | Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência. | 2 |
| 8 | Para os itens a seguir, deixar de: Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia. | 1 |
| 9 | Para os itens a seguir, deixar de: Cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Referência, do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência. | 3 |
| 10 | Para os itens a seguir, deixar de: Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato. | 1 |
| 11 | Para os itens a seguir, deixar de: Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA. | 1 |

6.2 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

6.3 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

6.4 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

6.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

6.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, 6.7 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

6.8 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 6.9 do Código Civil.

6.10 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO:**

1. O presente termo poderá ser rescindido nos seguintes casos:
   1. Por ato unilateral ou escrito do Contratante;
   2. Por comum acordo dentre as partes;
   3. Por manifestação expressa da Credenciada;
   4. Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações contratuais;
   5. Paralisação, sem causa e sem prévia comunicação, dos serviços;
   6. Subcontratação total ou parcial do objeto contratado, sem prévia autorização do contratante;
   7. Razões de interesse público;
   8. Judicialmente, nos termos da legislação processual vigente; e
   9. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata ou falência da Credenciada.
2. Verificada a infração do Termo, o Contratante notificará a Credenciada, para que purgue a mora, no prazo fixado, sem prejuízo de responder por perdas e danos decorrentes dessa mora.
3. A Credenciada indenizará o Contratante por todos os prejuízos que este vier a causar em decorrência da rescisão deste instrumento por inadimplemento de suas obrigações, inclusive, perdas e danos porventura decorrentes para o Município.
4. Uma vez rescindido o presente termo, e desde que ressarcido de todos os prejuízos, o Contratante poderá efetuar à Credenciada o pagamento de serviços corretamente executados.
5. Em caso de procedimento judicial, para a rescisão do Termo, sujeitará a Credenciada à multa convencional de 10% (dez por cento) sobre mediano dos gastos do exercício anterior, com objeto semelhante, mais perdas e danos, custas e honorários advocatícios

**CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

1. Toda e qualquer modificação somente poderá ser introduzida ao presente termo, através de aditamento, expressamente autorizado pela autoridade competente.
2. O Município poderá contratar com outras empresas, simultaneamente, a execução/aquisição de serviços/bens  semelhantes ao objeto deste Termo.
3. Incumbirá ao Município divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet [www], no prazo previsto na Lei 14.133/21.
4. A Credenciada assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução do presente Termo, sejam de natureza trabalhista, fiscal, previdenciária, social, comercial, civil, inexistindo qualquer espécie de solidariedade da Administração relativamente a esses encargos, inclusive, os que contratualmente advirem de prejuízos causados a terceiros.
5. A Credenciada reconhece que qualquer dúvida na interpretação deste instrumento será dirimida em favor da Administração Pública.
6. Todas as condições, exigências e obrigações que constam do Edital de Chamamento Público nº 001/2025 e seus anexos, fazem parte integrante do presente Termo, como se aqui estivessem transcritos.
7. As partes elegem o Foro da Comarca de São João, para dirimirem as dúvidas acaso emergentes do presente Termo.

E, por estarem assim, plenamente ajustados, firmam o presente Termo em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas instrumentais, para que produza os seus legais e jurídicos efeitos.

**AUTORIDADE COMPETENTE                 CREDENCIADA**

**FISCAL :**